

ÉTICA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL: A NECESSIDADE DA REFLEXÃO ÉTICA

Talita Lúcia Lamb¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma reflexão teórica de revisão bibliográfica acerca da ética no âmbito do Serviço Social. A revisão inicial permite compreender o surgimento da ética enquanto necessidade social e histórica, que com o desenvolvimento e complexidade da sociedade, passa a compor os projetos coletivos e/ou profissionais que disputam interesses e/ou consenso social. É nessa direção, que se encontra a natureza da ética profissional, aqui representada pela ética profissional dos Assistentes Sociais, e que se materializa no Código de Ética de 1993 e no atual projeto ético-político profissional. Estes instrumentos traduzem um projeto coletivo construído pela categoria, cuja ética profissional deve ultrapassar a mera observância e cumprimento de uma carta de direitos e deveres, mas comprometer-se com a permanente reflexão ética, a fim de torná-la mediadora, norteadora para processos de transformação da realidade, realização da liberdade e emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Ética profissional; Serviço Social: Reflexão ética.

INTRODUÇÃO

O comportamento moral e ético constitui-se enquanto necessidade do ser social a partir do desenvolvimento da sociabilidade. Tal desenvolvimento e complexificação da vida social, passam a exigir, de acordo com cada período histórico, um consenso em torno de uma ética que regule a vida social. No entanto, no cenário da sociedade de classes, existem interesses polarizados, o que denota a disputa entre projetos coletivos, onde cada qual representa determinada concepção de homem e de mundo.

No interior desses projetos coletivos, encontram-se ainda os projetos profissionais, cujos projetos dão o direcionamento para o surgimento da ética profissional, que represente determinado projeto coletivo. Compreendida sob esse ponto de vista, a ética profissional ultrapassa o formal cumprimento de preceitos ou de um código que regula uma profissão, pois carrega ainda os anseios de uma coletividade no quadro da vida social e a finalidade da sua atuação.

¹ Talita Lúcia Lamb - Professor com formação em Serviço Social - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - E-mail: talita.as@hotmail.com

É sob esse prisma que pode-se compreender a ética profissional do Serviço Social, em cujo contexto histórico da profissão, se viu acompanhar da construção de uma ética que prevê os direitos e deveres do Assistente Social nas suas relações com os sujeitos que atende e demais partes, bem como, de uma ética que hoje representa um compromisso político profissional e com um projeto societário.

Objetiva-se a partir dessa reflexão teórica de revisão bibliográfica, problematizar o tema da ética no Serviço Social, compreendendo-o como tema de permanente reflexão no âmbito da formação e atuação profissional. O artigo apresenta uma revisão para a compreensão dos fundamentos da ética profissional, para a posterior aproximação com a ética em Serviço Social, com vistas a suscitar a importância da reflexão ética frente à conjuntura contemporânea.

FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA ÉTICA PROFISSIONAL

A ética é compreendida como ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, e nesse sentido, empenha-se na investigação ou explicação de um tipo de experiência ou forma de comportamento humano, a experiência ou comportamento moral, cujos atos humanos conscientes e voluntários dos indivíduos, afetam outros indivíduos, grupos sociais ou a sociedade em geral (VÁZQUEZ, 1995).

A moral, ou o comportamento prático-moral, já se encontra nas formas mais primitivas de comunidade como forma de pautar o comportamento humano por normas que se julgam mais apropriadas a determinado momento histórico. Tais normas são aceitas e reconhecidas como necessárias para nortear o dever agir do ser humano. Define-se moral como um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade. Estas normas, de caráter histórico e social, devem ser acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima e não de maneira mecânica e impessoal (VÁZQUEZ, 1995).

A necessidade social da moral é fruto do processo de desenvolvimento da sociabilidade e a reprodução da vida social impõe necessidades de interação

entre os homens. A partir dessas interações, pela capacidade inerente ao ser humano, de criar valor, os homens atribuem sentidos positivo ou negativo às suas relações, de acordo com o conjunto de necessidades e possibilidades históricas (BARROCO, 2007).

Destaca-se que a vida social não se reproduz somente pela racionalidade e pela existência de normas e valores. Os seres estabelecem uma relação com a natureza, e o ser humano, diferentemente dos outros seres, apropria-se desta, transformando-a para a sobrevivência. A ação de transformação, que é uma relação mediada pela consciência, se dá por meio do trabalho (principal forma da *práxis*²), uma vez que o ser humano age intencionalmente sobre a natureza, produz materialmente, e então se constitui como ser social. Nesse sentido, o que fundamenta a existência humana é o trabalho (BARROCO, 2007).

Com o desenvolvimento do trabalho e da sociabilidade, a escolha entre alternativas não se restringe à escolha entre possibilidades, mas sim entre o que possui e o que não possui valor e como esses valores podem ser praticamente objetivados (LUKÁCS, 1979). Assim, a moral torna-se uma necessidade histórica, relativa às condições sócio-econômicas e culturais de cada período determinado.

A esse comportamento prático-moral, associa-se posteriormente o processo reflexivo. O ser humano, além de agir moralmente tem a capacidade de refletir sobre a ação direcionada pela moral, podendo-se considerar então a gênese do sujeito ético. Conforme Vázquez (1995) o período em que se dá a passagem do plano da prática moral para o plano da teoria moral ou moral reflexa, coincide com o período em que se inicia o pensamento filosófico. A ética como teoria, necessariamente precisa partir de uma concepção filosófica de ser humano, diferenciando-o dos outros seres da natureza, como ser histórico, social e prático.

Nesse aspecto, Barroco (2007) afirma que as formas como a ação ética e seus fundamentos serão apreendidos variam conforme cada corrente filosófica,

² A *práxis* é uma ação prática consciente sobre a natureza, que cria um produto objetivo antes inexistente, e se desenvolve fundamentalmente através do trabalho, atividade que assegura a (re)produção material e espiritual da vida humana (BARROCO, 2007).

e o que irá diferenciá-las é a concepção de homem que ela inscreve, tendo em vista que a ética é um componente específico do humano.

Assim, para Barroco (2007) agir eticamente, sem seu sentido mais profundo, é agir com liberdade, ou seja, poder escolher conscientemente entre alternativas, ter condições objetivas para criar alternativas e escolhas. A liberdade, por ser importante na vida humana, também é um valor, valorada positivamente, conforme as possibilidades de cada momento histórico. Por isso a autora destaca que a liberdade deve ser entendida como uma questão ética das mais importantes, considerando que nem todos os indivíduos tem condições de escolher e criar novas alternativas de escolha.

No entanto, em uma sociedade cuja estrutura social funda-se na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção, bases de reprodução de relações sociais desiguais e de alienação, os valores legitimados socialmente pelos indivíduos como universais – a exemplo a liberdade e a igualdade – não encontram-se em condições de universalizar-se para a totalidade dos indivíduos. Esses valores serão somente potencialidades, ideais, referências universais abstratas, já que serão objetivados de modo desigual no interior da sociedade.

Na sociedade capitalista, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação, o que evidencia o fenômeno da alienação, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos (BARROCO, 2010).

Deve-se considerar que a instituição de uma ética, considerando-se o período histórico em questão, não será uma ética neutra, ou seja, buscará atender as necessidades de indivíduos, grupos de pessoas ou coletividades. Com o desenvolvimento do ser social, as necessidades decorrentes do processo de sociabilidade se complexificam, o que produz novas determinações também no campo da moral e da ética com vistas a nortear as experiências e comportamentos humanos. As necessidades de reflexões e reformulações nesse campo, também visam a atender interesses de dominação na sociedade (BARROCO, 2007).

Dada a constituição da sociedade em classes, a moral cumpre uma função ideológica, com vistas a viabilizar uma integração social ao sistema hegemônico para a manutenção e reprodução de determinado modo de produção material e espiritual da vida social. Desse modo, as normas e deveres são imbuídas de caráter coercitivo (BARROCO, 2010). Em virtude da lógica capitalista, um consenso moral e crítico que busque atender a necessidades e bem da coletividade, é prejudicado pela ética liberal.

Nesse sentido, o consenso social acerca da moral e ética, tende a ser influenciado pela ideologia e política dominantes, sendo a valoração das condições de reprodução da vida social, absorvidas pelos indivíduos, nem sempre de forma consciente e/ou crítica. Os consensos provenientes dessa relação, não tendem a corresponder ao interesse e à necessidade de todos. Essa é uma característica das sociedades de classe, o que implica a presença de interesses contraditórios. Nesse contexto, a ética desempenha uma função social, que em grande medida é aceita e incorporada pela via da obediência ou da tradição, cuja ética pode estar associada a conservadorismos, religiosidade (valores a-históricos, imutáveis e determinados metafisicamente), campo propício à reprodução de moralismos e preconceitos.

É nesse campo de reflexão que se pode considerar a existência dos projetos profissionais, tendo em vista, que representam uma coletividade inserida em determinada sociedade, onde se inscreve uma ética dominante, consciente ou inconscientemente. Tais projetos profissionais/coletivos podem inscrever-se como movimentos ético-políticos de contra hegemonia, com vistas ao enfrentamento ou superação da ordem vigente. Os projetos profissionais contêm uma orientação ética, fundada em determinada concepção de homem e de sociedade.

Os projetos profissionais, aqui representados pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social, são compreendidos enquanto ações – imbuídas de valores e princípios éticos – projetadas para a objetivação, e representam um projeto coletivo com vistas a ação/transformação de determinada realidade. É nesse contexto que os preceitos éticos de uma profissão se sustentam, na relação com o projeto societário em questão, uma vez que são estabelecidas

mediações com a profissão no sentido de orientar e definir estratégias ético-políticas ao alcance dos objetivos propostos pela coletividade.

É nessa direção, que se dá a construção, ou se encontra a natureza da ética profissional. A ética profissional, inscrita no projeto ético-político profissional, é construída/reconstruída de acordo com as necessidades sociais impostas a partir das demandas colocadas à profissão, dadas historicamente, e a partir das respostas ético-morais dadas à essas demandas, sempre considerando a dimensão filosófica, o modo de ser da profissão e a normatização objetivada no Código de Ética Profissional (BARROCO, 2010).

A ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A identidade profissional adquire legitimidade social em relação à explicitação de sua função social e das orientações éticas que assume o trabalho do Assistente Social. Desse modo, a ética profissional objetiva dar visibilidade à sociedade acerca da direção social da profissão e da qualidade do exercício profissional (BRITES, 2007). Para tanto, os contornos éticos da profissão são explicitados no Código de Ética Profissional, e também, no Projeto Ético Político Profissional.

No Brasil, tanto na trajetória histórica do Serviço Social, quanto aos contornos éticos assumidos pela profissão, verifica-se um caminho de substanciais mudanças de direção ético-política, de concepção filosófica e de projeto societário. A dimensão política da profissão, hoje reconhecida, foi por muito tempo negada, até o momento em que a relação/reflexão entre ética e política foi colocada como problema nas décadas de 60/70, quando surge um projeto de oposição ao conservadorismo no Serviço Social, o movimento de reconceituação, que marca uma primeira aproximação da profissão com a teoria crítica, com a tradição marxista, no entanto, no campo da ética, ainda havia a subordinação mecânica à ideologia de classe (BARROCO, 2010).

Mas é a partir desse movimento, da ruptura com o conservadorismo, do compromisso político com a classe trabalhadora ao compromisso com valores ético-políticos emancipatórios, que se dá o processo de transição para a formulação do Código de Ética vigente, formalizado em 1993, cujos pressupostos centrais pautam-se na concepção de homem enquanto ser social

autoconstruído através do trabalho e da cultura, e na concepção de ética enquanto capacidade humana essencial objetivadora da consciência e da liberdade humana (BARROCO, 2007).

No entanto, a profissão, passou pela formulação de outros quatro Códigos de Ética. Os Códigos de 1947, 1965 e 1975 baseavam-se em perspectivas moralizadoras do trabalho social marcado pelas referências à harmonia, estabilidade, correção dos desníveis sociais, neutralidade profissional, cujas noções teórico-filosóficas ancoravam-se no humanismo cristão, positivismo, e neotomismo, coincidentes com o *lócus* embrionário da profissão no país (BRITES, 2007).

A formalização do Código de 1986, cujo cenário em curso foi marcado pelo processo de redemocratização e mobilizações sociais, e pela inserção da categoria nessas mobilizações, trouxe avanços para o campo ético-político profissional, contribuiu para a consolidação do processo de renovação do Serviço Social e buscou garantir uma ética objetivadora da nova moralidade profissional. Nele, foi introduzido o compromisso com a classe trabalhadora, porém, naquele momento, o Código ainda expressava uma concepção ética mecanicista, cujos determinados comprometimentos eram tidos em relação com as classes e não como valores éticos centrais. Porém, apesar da insuficiente apreensão ética, o Código proporcionou substanciais transformações ético-morais para a profissão (BARROCO, 2010).

O rompimento com uma ética conservadora iniciou-se com o Código de 1986 e efetivou-se com o Código de 1993, cujo processo deu-se inversamente aos anteriores, pois perpassou inicialmente por discussões coletivas com a categoria desde 1992. (BARROCO, 2010). De acordo com Netto (2012) o processo de que resultou o Código de 1993 não tem similar anterior, pois pela primeira vez na história profissional, a elaboração de um código foi posta como projeto coletivo.

A formulação de 1993, efetivou a compreensão de que a ética profissional deve ter como suporte uma ontologia do ser social, cujos valores são determinações da prática social. Tal concepção contém em si mesma, um projeto de sociedade que pressupõe a vivência da liberdade para os sujeitos, livres de

exploração, opressão e alienação, e relaciona-se ao projeto ético-político assumido pela categoria (CFESS, 2012).

Coerente aos seus fundamentos, o atual Código trata da dimensão prático-operativa, a partir da universalização dos direitos sociais, bem como, da qualidade da prestação dos serviços sociais, da recusa do preconceito e da discriminação, fatores fundamentais à superação do moralismo. Contra o moralismo conservador e a moralidade burguesa, as perspectivas éticas oriundas do processo de lutas de classes trabalhadoras apontam para projetos de emancipação humana, colocados no horizonte de uma nova moral e de uma nova sociedade, capaz de criar condições para a vivência e universalização da liberdade (BARROCO, 2007).

Conforme analisa Netto (2012) o que precisa ser tornado expressamente claro é que o tema da ética profissional não é um aspecto secundário ou pontual da vida dos assistentes sociais, limitado à formal construção e cumprimento de um Código. O que precisa se tornar consensual é a ideia de que a problematização ética no Serviço Social, é um constituinte irrecorrível do perfil profissional. Principalmente, diante da complexidade dos fenômenos que se apresentam como demandas à profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a atual conjuntura social impõe desafios frente ao projeto ético-político profissional sob a perspectiva da ética, uma vez que as características da sociabilidade contemporânea, a saber, as transformações decorrentes do modelo de desenvolvimento imposto pelo capital mundial, que ocasiona o agravamento das desigualdades e a degradação da vida humana, incidem sobre a vida cotidiana, imprimindo nova dinâmica às relações sociais. Conforme destaca Barroco (2011) entre as características presentes nas relações sociais atuais estão a insegurança, a instabilidade, a fragmentação e a individualização, características que imprimem também novos aspectos morais e éticos às relações sociais.

Esse contexto, favorece o enfraquecimento dos projetos emancipatórios ao passo em que fortalece a ideologia dominante. Diante disso, mais que

necessária, é urgente a necessidade de se colocar em discussão a ética profissional enquanto ética que também representa um projeto societário emancipatório, tendo em vista os retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, bem como, o avanço de uma moral conservadora que se manifesta de diferentes formas (xenofobia, intolerâncias, preconceitos, práticas fascistas, justificção do uso da violência, moralização da questão social, criminalização dos movimentos sociais), fenômenos em escala global com sérias implicações nos âmbitos locais. No entanto, para além de discussões acerca da objetivação da ética profissional através da intervenção profissional, entende-se necessária a reflexão ética.

Tal reflexão se refere a um espaço específico da reflexão sobre o modo de ser constitutivo do homem como sujeito ético, ou seja, sujeito racional capaz de escolher valores e ações que conduzem à liberdade, entendida como um bem. Nesse sentido, cabe a reflexão ética com vistas ao fortalecimento da explicitação de um contorno ético à profissão e ao projeto profissional enquanto projeto coletivo/societário, fundado na liberdade.

Compreendendo a ética como momento e componente da *práxis* humana, significa que a objetivação dos valores éticos também se dá por meio de ações concretas, da luta social. Dessa forma, a ética deve ser entendida como mediadora, norteadora para o processo de transformação da realidade, realização da liberdade e emancipação humana.

Acredita-se que, ancorando-se nessa compreensão, deve ser orientada uma prática profissional sob o ponto de vista ético. O tema de ética deve estar presente, ser discutido e objetivado para além do conjunto de orientações e normativas que estabelecem os direitos e deveres profissionais do Assistente Social. Se há o compromisso ético profissional, logo, há o compromisso com o projeto coletivo que representa o projeto societário emancipatório, cujo alcance depende da *práxis*.

Ainda, no campo da ética profissional, há que se discutir as atuais relações sociais que se transformam em novas necessidades sociais e demandas para o Serviço Social. Assevera-se que tais requisições não coincidem com uma moral conservadora. Nesse sentido, torna-se imprescindível salientar, conforme contribuição de Barroco (2010), que não é possível

reproduzir valores éticos de forma crítica e consciente se estes não forem legitimados internamente.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia da Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lucia da Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lucia da Silva. **Ética e Sociedade**. CFESS, 2007.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional**. CFESS, 2007.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. 2012.

LUKÁCS. **A ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NETTO, José Paulo. **Prefácio**. In: BONETTI, Dilséa A. **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13 ed. São. Paulo: Cortez, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995.